



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática

Curso: Licenciatura em Educação Ambiental

**ANÁLISE DO PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE
MAPUTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA AMBIENTAL URBANA**

Raúl Alfiado Recardo Matimbe

Maputo, Março 2024

ANÁLISE DO PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE MAPUTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA AMBIENTAL URBANA

Monografia a ser apresentado ao Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática como requisito final para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação Ambiental

Raúl Alfiado Recardo Matimbe

Supervisor: dr Aguiar Baquete

Maputo, 2024

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Este trabalho é requisito para aquisição do nível de licenciatura em Educação Ambiental e aprovado na sua forma final pelo curso de Licenciatura em Educação Ambiental, Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

Mestre Armindo Raul Ernesto

(Director do Curso de Licenciatura em Educação Ambiental)

O Júri de avaliação

O Presidente do Júri

O Examinador

O Supervisor

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão para todos que apoiaram-me, de modo a trilhar esta caminhada, de muitos desafios e muita aprendizagem. Principalmente aos meus pais. Assim como todos os docentes do curso de Licenciatura em Educação Ambiental.

E em especial ao dr Aguiar Baquete, pelos conselhos na discussão, que levou ao alcance dos objectivos traçados.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus irmãos, sendo mais velho, espero que sigam a minha trilha do modo a fazer parte do desenvolvimento do nosso país.

Raúl Alfiado Recardo Matimbe

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Raul A. R. Matimbe, declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada em nenhuma instituição acadêmica, para a obtenção de qualquer grau acadêmico, deste modo constitui o resultado do meu esforço individual, indicado também todas as referências usados ao longo do trabalho.

Raúl Alfiado Recardo Matimbe

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE	i
AGRADECIMENTOS	ii
DEDICATÓRIA	iii
DECLARAÇÃO DE HONRA	iv
ÍNDICE.....	v
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1. Introdução	1
1.2. Formulação de problema	3
1.3. Justificativa.....	4
1.4. Objectivos do Estudo.....	6
1.4.1. Geral.....	6
1.4.2. Específicos	6
1.5. Perguntas de pesquisa.....	6
CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	7
2.1. Conceitos fundamentais e suas discussões.....	7
a) Cidadania	7
b) Cidadania ambiental.....	8
c) Construção	9
d) Acções.....	9
e) Acções de EA para a cidadania ambiental.....	8
2.2. Concepções de cidadania ambiental.....	10
2.3. Direitos e deveres de cidadania ambiental	11
2.3.1 Direitos de cidadania ambiental	11
2.3.2 Deveres da cidadania ambiental.....	12
2.4. Meio ambiente urbano.....	12
2.5. Importância da cidadania ambiental e cidadania ambiental urbana	13
2.6. Instrumentos legais da CAU utilizado no CMCM	14
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	16
3.1 Discrição do local de estudo.....	16
Conselho Municipal de Cidade de Maputo	16
3.2. Abordagem metodológica	17

Amostragem	17
3.4. Tipo de pesquisa.....	17
3.3. Técnicas de recolha e análise de dados	18
Técnicas de recolha de dados	18
Análise documental e bibliográfica.....	18
Entrevista.....	18
3.4. Análise de dados	19
3.5. Validade e Fiabilidade.....	20
3.6. Questões Éticas	20
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	21
4.1. Acções empregues pelo Concelho Municipal de Cidade de Maputo na Construção de uma Cidadania Ambiental Urbana	21
4.2. Relevância de construção de cidadania ambiental urbana pelo Concelho Municipal de Cidade de Maputo	26
4.3. Estratégias e Metodologias de EA aplicado pelo CMCM na construção de uma Cidadania ambiental urbana	26
5. 1. Conclusão	29
5. 2. Recomendações.....	29
6. Referências bibliográficas.....	30
ANEXOS.....	33
APÊNDICE C: Roteiro de perguntas para entrevista.....	35
1. Identificar as acções empregado pelo concelho municipal da Cidade de Maputo na construção de uma Cidadania Ambiental Urbana	37
2. Descrever a relevância de construção de cidadania ambiental urbana pelo Concelho Municipal de Cidade de Maputo	38
3. Metodologias e estratégias de EA que auxiliar o CMCM na construção de uma cidadania ambiental urbana	38

ABREVIATURAS E SIGLAS

CA-Cidadania Ambiental

CAU- Cidadania Ambiental Urbana

CMCM- Conselho Municipal da Cidade de Maputo

EA- Educação Ambiental

LEA- Licenciatura em Educação Ambiental

R1- Primeiro respondente

R2- Segundo respondente

R3- Terceiro respondente

RSU-Resíduos Sólidos Urbano

RESUMO

O presente trabalho analisa o papel do CMCM na construção de uma CAU. Sendo esta cidadania ligada à ideia de formar para a vida urbana, de capacitar as pessoas para viver de forma plena na cidade. Tendo como princípios básicos solidariedade, sociabilidade, cooperação, respeito ao espaço público, ao meio ambiente, democracia, responsabilidade e sentido de colectividade, pelo fato de não ser a natureza que directamente o criou. O ambiente urbano é considerado um ecossistema artificial, um lugar onde as relações interpessoais e das pessoas com outros objectos são motivadas e criadas para possibilitar a convivência entre elas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada. Os resultados da pesquisa mostraram que o CMCM tem desenvolvido várias acções que estão ligados a CAU, por esta cidadania ser visto como o caminho, para redução dos problemas socioambientais que verificam-se dentro deste município. Ademais, o CMCM dispõe de um conjunto de instrumentos legais (Resolução nº 86/AM/2008, de 22 de Maio) que alicerçam a área estudada.

Contudo, o CMCM tem trabalhado bastante para disseminação CAU, com o uso de vários métodos como palestras nas escolas, nos bairros, nas igrejas, entre outros. Apesar de tanto esforço, ainda existe falta de participação e assimilação dos conhecimentos transmitidos pelo município aos munícipes, dificultando deste modo a execução plena da CAU.

Palavras-chave: *Cidadania, Cidadania Ambiental e Cidadania Ambiental Urbana no CMCM*

ABSTRACT

This work analyzes the role of CMCM in the construction of a CAU. This citizenship is linked to the idea of training for urban life, of enabling people to live fully in the city. Having as basic principles solidarity, sociability, cooperation, respect for public space, the environment, democracy, responsibility and a sense of collectiveness, due to the fact that it is not nature that directly created it. The urban environment is considered an artificial ecosystem, a place where interpersonal relationships and relationships between people and other objects are motivated and created to enable coexistence between them. This is a qualitative and exploratory research, based on a bibliographic review and semi-structured interviews. The research results showed that CMCM has developed several actions that are linked to CAU, as this citizenship is seen as the path to reducing the socio-environmental problems that occur within this municipality. Furthermore, the CMCM has a set of legal instruments (Resolution no. 86/AM/2008, of May 22) that support the area studied.

However, CMCM has worked hard to disseminate CAU, using various methods such as lectures in schools, neighborhoods, churches, among others. Despite so much effort, there is still a lack of participation and assimilation of the knowledge transmitted by the municipality to its residents, thus making it difficult to fully implement the CAU.

Keywords: Citizenship, Environmental Citizenship and Urban Environmental Citizenship in CMCM

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1. Introdução

Abordar a Cidadania Ambiental Urbana (CAU), não tem sido uma questão fácil, por este exercício além de elencar deveres e obrigações da Cidadania Ambiental (CA) deve também incluir atitudes dos residentes de espaço (urbano). Assim a CAU precisa, deste modo, ser analisado de forma holística, e é neste momento e espaço que mais verifica-se a degradação ambiental, em geral e ambiente urbano em particular como nota-se pela poluição ambiental em seus diversos tipos (poluição do solo por acúmulo de resíduos sólidos, poluição do ar devido a queima de alguns resíduos sólidos entre outro), consumismo que acaba influenciando a super-exploração de recursos e produção massiva de resíduos sólidos.

Da Silva (2018) citado por Guimarães e Júnior (2019), conceitua o meio ambiente urbano como sendo o meio que é constituído pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações (espaço urbano fechado) e dos equipamentos públicos (ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral, espaço urbano aberto). Sendo assim para melhor gerir este meio é preciso incorporar a cidadania ambiental, que tem sido usado como instrumento que permite a construção de uma ética ambiental, onde o Homem na assimilação desta, através da educação formal constrói valores que tendem a reduzir acções prejudiciais ao meio ambiente, e também vai permitir ou mesmo influenciar a construção da cidadania ambiental urbana.

Goergen (2013) afirma que, em qualquer circunstância, o acesso a educação formal é a condição fundamental para a formação de cidadãos conscientes, críticos e democráticos, capazes de promover a transformação social. Ademais Rodrigues (2001), afirma que, a educação enquanto processo de formação humana opera sobre os meios para a reprodução da vida, assim como também colabora para expandir a aptidão do Homem para olhar, perceber e compreender as coisas, para se reconhecer na percepção do outro, constituir sua própria identidade, distinguir as semelhanças e diferenças entre si e o mundo das coisas, entre si e outros sujeitos. É neste contexto que a cidadania ambiental (CA) em conjunto com a CAU procura trazer a tona ao Homem os direitos e deveres para com o meio ambiente (urbano), como afirma Loureiro (2011) a CA, expressa a promoção e inserção ética ecológica e seus desdobramentos no quotidiano em um contexto que possibilita a tomada de consciência individual e colectiva das

responsabilidades na identificação e resolução dos problemas associados com a interacção entre o Homem e seu mundo sem fronteiras geopolíticas. E no que diz respeito a CA urbana esta trará o contexto em que vai permitir o cidadão urbano o exercício dos direitos e deveres para com meio ambiente urbano, possibilitando desta maneira a conservação e prevenção deste meio.

No que diz respeito a CAU, Guimarães e Júnior (2019), afirmam que, o espaço construído é o meio onde a vida é tornada possível, no concreto, as estruturas e seu uso, diferencia-se pela carga maior ou menor de ciência, tecnologia e informação, segundo regiões e lugares, no espaço construído, o artifício tende a se sobrepor e substituir a natureza (meio ambiente natural). Ciente deste facto o CMCM deve desenhar múltiplas estratégias para da CAU nos seus municípios. Mas para isso, é necessário que as estratégias desenhadas sejam acompanhadas com estratégias de disseminação que inclui todos os municípios independentemente da sua classe socioeconómico ou instrucional.

Este trabalho Analisa o papel do Conselho Municipal de Cidade de Maputo na construção da cidadania ambiental urbana. No que refere a metodologia e métodos para o alcance dos objectivos, recorreu-se a revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada. Quanto a sua estrutura é composto pelos capítulos, nomeadamente introdução, revisão bibliográfica, metodologia, apresentação de resultados e culminando com conclusões e recomendações.

1.2. Formulação de problema

A preocupação com o melhoramento do meio urbano e a construção de uma CA e CAU tem sido um dos grandes desafios dos gestores das cidades em geral, quer sejam de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Se o melhoramento do meio urbano promove a qualidade de vida dos seus residentes a construção da CA e CAU efectiva vai possibilitar o alcance de uma ética ambiental destes. Como salienta a Sato; Carvalho, (2005), a relação entre meio ambiente e cidadania assume um papel fundamental na busca de atores sociais comprometidos com novas posturas e práticas sociais visando à qualidade da vida planetária. Isto implica em ultrapassar as fronteiras dessa cultura enraizada, tornando necessário um conjunto de medidas complementares de diferentes esferas (política, economia, cultural, jurídica, das relações sociais, dos valores e outros) que estejam imbuídas em contribuir para essa realidade.

Devido a esta percepção várias cidades e suas instituições, empenham-se fazendo investimentos tais como manutenção e construção de infra-estruturas, desenho de estratégias de limpeza, apetrechamento das cidades em meios circulantes de entre outros. Quanto a CMCM, gestor da cidade de Maputo, nem sempre encontra eco junto da maioria dos seus residentes. Vezes sem conta depara-se com a vandalização do meio ambiente urbano (MAU) tais como contentores de lixo, estradas com sarjetas roubadas, valas drenagem entupidas com resíduos sólidos, descarte inadequado dos resíduos sólidos todos estes problemas degradam a estética da Cidade de Maputo.

Os factos acima reportados e outros similares sugerem falta da CA, em geral, e da CAU em particular. No entanto, observando a estrutura administrativa do CMCM é possível identificar a existência de departamentos que lidam com assuntos associados, gestão de resíduos sólidos, feiras, educação ambiental, entre outros. A existência desta estrutura administrativa revela que o CMCM tem uma estrutura que lhe permite realizar acções de EA ligado a construção de uma CAU.

De acordo com Loureiro et.al. (2003), o exercício efectivo da CA deve estar voltada a construção de uma sociedade sustentável, resultando da realização da liberdade humana e de uma nova ética em nossas relações com o ambiente. Infelizmente a experiência do proponente mostra que apesar do empenho do CMCM na construção efectiva da CAU, baseada na consciencialização para uma ética urbana, ainda persiste nos municípios más práticas de convivência urbana, como por exemplo, o descarte inadequado dos resíduos

sólidos, de entre outros, que degradam a estética do município de Maputo. Assim como a destruição de valores voltados para conservação e preservação do meio ambiente da urbe. Face ao descrito urge colocar a questão: Que acções associadas a construção da Cidadania Ambiental Urbana são realizadas pelo CMCM?

1.3. Justificativa

A escolha do tema deve-se a questão de procurar saber como o CMCM, influencia na construção de CA e em especial a CAU efectiva, sendo que a CA e CAU, estão ligado a consciência dos direitos e deveres, para com o meio ambiente, sejam elas politicas, sociais e civis, pelo um individuo. Porém, para que isso seja verificado é necessário que os indivíduos sintam-se pertencendo uma determinada comunidade. Ademais a CA e CAU são vistos como um dos factores, que pode reduzir alguns riscos ambientais nas zonas urbanas.

A nível individual a escolha do tema é fruto das vivências diárias após o ingresso a curso de Licenciatura em Educação Ambiental (LEA), onde comecei a analisar de forma critica as atitudes e comportamentos dos munícipes do CMCM para com o meio ambiente urbana. Sendo que o curso de LEA, é uma área de formação de indivíduos preocupados com o melhoramento da consciência da sociedade no que diz respeito ao meio ambiente em geral e meio ambiente urbana em particular.

No que diz respeito a relevância social deste trabalho, influenciará na definição de acções, metodologias e estratégias que podem ser usadas para a transformação dos residentes na urbe em cidadãos efectivos da urbe conscientes dos seus direitos e deveres para com o meio ambiente urbano. Participando, deste modo, de forma activa e consciente nas acções que salvaguardam o ambiente urbano; tais como, não o depósito de lixo nas valas de drenagens, a vandalização de sargetas, o descarte inadequado dos resíduos, entre outras. Ademais, o estudo poderá ajudar a identificar as acções, o nível de pertinência de cada uma delas e seus actores, sem excluir o CMCM para a construção da CAU. Por fim o mapeamento dos actores e suas acções poderá criar um banco de dados para retroalimentar e juntar sinergias com o CMCM e todos os actores, presentes e futuros, interessados sobre esta temática.

1.4. Objectivos do Estudo

1.4.1. Geral

- Analisar o Papel do Conselho Municipal da Cidade de Maputo na construção de uma Cidadania Ambiental Urbana

1.4.2. Específicos

- Identificar as acções empregues pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo na construção da Cidadania Ambiental Urbana
- Analisar a relevância das acções empregues pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo para a construção da Cidadania Ambiental Urbana
- Apresentar estratégias e metodologias de EA aplicado pelo CMCM na construção de uma Cidadania ambiental urbana

1.5. Perguntas de pesquisa

- Que acções são empregues pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo na construção de uma Cidadania Ambiental Urbana?
- Qual a relevância das acções empregues pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo na/para a construção da Cidadania Ambiental Urbana?
- Que estratégias e metodologias de EA aplicado pelo CMCM na construção de uma Cidadania ambiental urbana?

CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo são apresentados os conceitos de cidadania ambiental, cidadania ambiental urbana, concepções de cidadania ambiental e são também destacados os direitos e deveres de cidadania ambiental assim como as suas respectivas discussões, baseando concretamente na revisão de literatura que versa sobre os conceitos supracitados, com base em alguns autores. Priorizando os conceitos da cidadania ambiental e cidadania ambiental urbana, sendo que estes dois conceitos serão o pano de fundo deste trabalho.

2.1. Conceitos fundamentais e suas discussões

a) Cidadania

É a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de democracia efectiva), por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de actualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (Coutinho, 2005)

Andrade e Abreu (2019) salientam que, o conceito de cidadania, praticado na antiguidade clássica era bastante diferente do actual termo, actualmente, pode-se dizer que, cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia. Não há cidadania sem democracia. A democracia fundamenta-se em três direitos civis, como segurança e locomoção; direitos sociais, (trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação, etc.) e direitos políticos, (liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos).

Para Dimas Floriani (2002), a cidadania é uma condição política de direitos e obrigações frente ao colectivo e as pessoas com as quais se convive. É poder reflectir sobre os actos que tenham consequências sociais, ter consciência dos seus resultados (...) sobre a sociedade.

Tanto o conceito de Coutinho (2005), Andrade e Abreu (2019) assim como Dimas Floriani (2002) são unânimes quando dizem que a cidadania é a capacidade de conquistada e de envolver-se na sociedade em que estas inseridas, de modo a realizar os seus deveres e exigir os direitos sejam elas sociais, políticas e civis, e poder reflectir em torno dos mesmos.

b) Cidadania ambiental

A cidadania ambiental resulta de uma combinação de diferentes componentes: informação, sensibilização, preocupação, atitudes e crenças, educação e formação, conhecimento, competências e um comportamento responsável (Hawthorne e Alabaster, 1999).

Dobson (2003) defende que o principal dever da cidadania ambiental é garantir que a pegada ecológica de uns, não comprometa a capacidade de outros, quer no presente quer no futuro, de fazerem as suas escolhas, isto é, cada cidadão é responsável pelo impacto que tem nas opções dos outros. Um cidadão que acredita na cidadania ambiental deve ainda constituir um exemplo ou um precedente para que outros o sigam (Bell, 2003).

A cidadania ambiental transcende assim as fronteiras do conceito, à muito definido, de cidadania, alargando o âmbito da discussão para incluir também as gerações futuras e os ecossistemas. Podemos então pensar na cidadania ambiental como um conceito que engloba: Público & Privado; Local & Global; Presente & Futuro; Direitos & Responsabilidades; Cidadãos & Instituições; Agir & Pensar; Aprendizagem & Liderança (MacGregor et al., 2005).

No que refere-se o conceito de cidadania ambiental dos autores, quanto as suas convergência e divergência, podemos entender que eles convergem quando dizem que a cidadania ambiental não possui fronteiras, sendo que o meio ambiente em si não apresenta delimitações e que cada cidadão deve ser um espelho de modo que outros o sigam, especificamente a geração presente deve deixar o legado para a geração futura. No que diz respeito as divergências, Dobson (2003) defende que o principal dever da cidadania ambiental é garantir que a pegada ecológica de uns, não comprometa a capacidade de outros, quer no presente quer no futuro, de fazerem as suas escolhas, isto é, cada cidadão é responsável pelo impacto que tem nas opções dos outros, enquanto para MacGregor et al., (2005), dizem que, podemos então pensar na cidadania ambiental como um conceito que engloba: Público & Privado; Local & Global; Presente & Futuro; Direitos & Responsabilidades; Cidadãos & Instituições; Agir & Pensar e Aprendizagem & Liderança. Para este último autor demonstra o quanto a cidadania ambiental é abrangente, ou seja, a cidadania ambiental actua em todas as esferas de modo que cada cidadão seja responsável das suas actividades, sem detrimento da sua localização ou mesmo sua ocupação.

c) Construção

Definir o conceito de construção, não é tarefa fácil, por este ser usado em muitos contextos, principalmente nas engenharias. Por exemplo, para o Grande Dicionário (2004) e Dicionário Houaiss (2003), definem a construção como o conjunto de actividades necessárias para conceber-se algo; trabalho de organização e criação de algo; processo de formação de algo. Porém neste trabalho, construção seria o processo de actividades necessárias para a concepção de algo tangível.

d) Acções

O conceito acção é definido consoante a sua utilização. Porém neste trabalho será definido como, execução de acções que tem por objectivo a mudança de uma realidade, como é definido por Ferreira (1986) que acção é o processo que decorre da natureza ou da vontade de um ser, o agente ou de que resulta criação ou modificação realidade. E para o Dicionário Grande da Língua Portuguesa (2004) conceitua a acção como sendo causa de qualquer variação de estado.

e) Acções de EA para a cidadania ambiental

Segundo Miorando (2005), citado por Macário (2022) lista as seguintes acções de EA para a CA

- Palestra, seminários sobre impactos ambientais e medidas de mitigação, entre outros assuntos relevantes;
- Acção de capacitação e demonstrativas, acompanhadas por Jornadas de limpeza, plantio de árvores, actividades culturais e desportivas;
- Criação de clubes nas escolas;
- Programa comunitário para criação de associações, núcleo e comités ambientais

Buce (2022), citado por Macário (2022) afirma que, dentro desta EA, podem ser desenvolvidos algumas acções de EA tais como:

- Disseminação de boas práticas ambientais, cujos objectivos não são especificamente de educação ambiental;
- Jornadas de limpeza e plantio de árvores que não são acompanhadas por acções de transmissão de conhecimento, entretanto por causa da frequência na sua realização podem despertar a sensibilidade ambiental.

2.2. Concepções de cidadania ambiental

A cidadania ambiental é concebida de diversas maneiras, por vezes em detrimento ao contexto em que é utilizado. Fazendo desta modo impossível esgotar as suas concepções, porém destacaremos algumas concepções segundo alguns autores. Onde segundo Fischer (2012), citado por Chissale (2021) diz que as concepções de cidadania ambiental são recentes tanto quanto a atenção da sociedade global voltada as questões ambientais e o seu nível de abrangência não esta apenas limitado a territórios, mas sim a nível global.

Destacaremos os seguintes autores, Rodrigues e Obara (2013), citado por Chissale (2021, p. 20) que abordam as concepções da CA

- Cidadania ambiental como a consciência e exercício dos direitos e deveres dentro de uma sociedade: o indivíduo é aquele que exerce a cidadania, é fazer valer os seus direitos, cumprindo os seus deveres, fiscalizar o governo e ter o direito de utilizar o que é público e o dever de cuidar bem dele;
- Cidadania ambiental como a participação dos indivíduos na conservação ambiental: o individuo deve ser participativo, responsável na esfera pública e na vida social (colectividade), sobre tudo um individuo que busca concretizar, dentre outros almejos, a conservação do meio ambiente de diversas formas;
- Cidadania ambiental associado aos escolarizados: a cidadania ambiental é só exercida por pessoas escolarizadas, pois é por meio de educação da educação que pessoas tornam-se não apenas cidadãs, mas cidadãs ambientalmente conscientes;
- Cidadania ambiental como consciências sobre as responsabilidades individuais dentro de uma colectividade: o individuo tem de estar consciente de suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo denominado colectividade.

Oliveira Júnior e Sato (2006) concebem a cidadania ambiental como sendo:

- Cidadania ambiental é entendida como um conceito biorregionalista: que restabelece a conexão entre as comunidades humanas de uma determinada região com seu ambiente natural.

Além de a cidadania ambiental ser concebida de diversas formas, ela também deve ser o alicerce de construção de consciências ambientalmente correctas das gerações presente e que estes influenciaram as gerações futuras. Como salienta Canotilho (2009) que, a cidadania ambiental, alicerçada na ideia de ética do futuro, é elemento indissociável do globalismo ambiental que impõe que a democracia seja sustentada no Estado Constitucional Ecológica, ou seja, o Estado Constitucional, além de ser democrático de direito e social, deve ser também regido princípios ecológicos, apontando para novas formas de participação políticas sugestivamente condensadas na expressão democrática sustentada. E por sua vez como aponta João Pessoa (2011), que pensar em cidadania ambiental remete a ideia de translocalidade, pois o cidadão deve se importar com o local em que vive, mas não pode desprezar os outros lugares do sistema. Olhando para estes conceitos adequa-se ao contexto do trabalho em causa, sendo que esta procura analisar o papel de Conselho Municipal de Cidade de Maputo na construção de Cidadania Ambiental, que vai permitir o cidadão ser responsável no que se refere ao desempenho das suas actividades, que possam perigar o meio ambiente na sua comunidade, sem também esquecer, a nível global, ou seja, um cidadão planetário. Por conta de o CCM, ter um papel fulcral, na construção de cidadania ambiental local e planetária. Planetários porque estes indivíduos, nem sempre desenvolvem as suas actividades neste município.

2.3. Direitos e deveres de cidadania ambiental

Ao falarmos de direitos e deveres de cidadania significa ter-se consciência de uma vida condigna. Assim, a cidadania ambiental, porque é cidadania, é um exercício diário que se reflecte no aprender a respeitar o ambiente e a ser respeitado pelo mesmo.

2.3.1 Direitos de cidadania ambiental

Fernandes, Dos Anjos, Rocha e Vasconcelos (2004), citados por Chissale (2021, p. 22) apontam como direitos da cidadania ambiental as seguintes posições:

- À educação ambiental;
- À uma vida equilibrada;
- À uma vida digna e a inclusão da sociedade;
- Participar activamente da resolução dos problemas no contexto de realidade específica.

Para a Constituição da República de Moçambique (2018), citado por Chissale (2021) apontam como direitos da cidadania ambiental as seguintes posições:

- Ambiente seguro e saudável;
- A participação na tomada de decisões na comunidade e no País;
- Informação ambiental.

2.3.2 Deveres da cidadania ambiental

No que refere aos deveres da cidadania ambiental, para Fernandes, dos Anjos, Rocha e Vasconcelos (2004), citado pelo Chissale (2021, p. 23) apontam os seguintes:

- Ter a consciência do ambiente total;
- Ser crítico aos diferentes contextos ambientais;
- Saber sobre Educação ambiental;
- Saber vincular os problemas ambientais e suas relações com a vida quotidiano;
- Buscar relações harmónicas que nos levem a uma melhoria da qualidade da vida;
- Dever de conservar o meio ambiental.

Para a Constituição da República de Moçambique (2018), citado por Chissale (2021) apontam como deveres da cidadania ambiental à:

- Dever de cuidar o ambiente;
- Educar ambientalmente;
- Questionar, criticar atitudes que não conforme com meio ambiente;
- Responsabilizar se pelas suas acções.

2.4. Meio ambiente urbano

A expressão meio ambiente urbano é uma abordagem derivada da temática meio ambiente, que designa o ambiente construído, artificial, ou seja, as cidades (Guimarães e Júnior 2019). Quanto ao conceito meio ambiente urbano os mesmo autores entendem-no com um objecto de interesses associados aos núcleos urbanos, influenciados pelas intervenções e/ou transformações provocadas pelo ser humano mesmo que em locais não urbanos. Di Sarno (2004) afirma que, todas as vezes que houver uma acção modificadora do ambiente pelo ser humano haverá a modificação do uso daquele

espaço, assim, o meio ambiente urbano caracterizar-se por ser fruto da intervenção humana que acarrete a transformação de essência e de uso do meio.

Tavares (2013) diz que, meio ambiente urbano é um lugar onde há um grande número de casas, ruas, veículos e pessoas. Por essas características, pelo fato de não ser a natureza que directamente o criou, o ambiente urbano é considerado um ecossistema artificial, um lugar onde as relações interpessoais e das pessoas com outros objectos são motivadas e criadas para possibilitar a convivência entre elas.

No que se refere o conceito de cidadania ambiental urbana dos autores Guimarães e Júnior (2019) quanto as suas convergências, podemos entender que eles convergem quando dizem que a cidadania ambiental urbana é o meio em que o Homem alterou o seu estado natural, de modo a acomodar os seus desejos, ou seja este meio foi modificado, para o artificial. E para Di Sarno (2004), salienta que basta que seja uma modificação de origem antrópico, torna um ambiente urbano, enquanto pode ocorrer uma modificação, porém, não ser um ambiente urbano.

2.5. Importância da cidadania ambiental e cidadania ambiental urbana

A importância da cidadania ambiental torna-se evidente quando se compreende que a solução da crise socioambiental não depende apenas de um segmento social ou do poder público, mas requer o esforço de todos os grupos sociais, instituições e governos. Isso representa um grande desafio, o qual depende entre outras condições da necessidade de instaurar novas mentalidades, subsidiar argumentos favoráveis ao estabelecimento de novos comportamentos e criar uma base de conhecimento capaz de dar conta da complexidade do meio ambiente Waldman, (2013). Para Ribeiro (2003) situações desse tipo revelam o desafio de se construir uma ética ambiental fundamentada em valores, princípios e deveres compartilhados.

Como argumentam os autores supracitado, pode concluir-se que CA e em conjunto a CAU têm um papel fulcral na mudança de comportamento anti-ambiental para ambiental. E na instauração de pensamento em grupo sociais que ajudara na crítica a comportamento que não coadunam com deveres de uma cidadania ambiental dentro do município. Como salienta Santos (2001), a participação colectiva dos indivíduos na busca de soluções para os diversos problemas ambientais com os quais ele se depara é uma grande oportunidade para o desenvolvimento de atitudes relativas à participação política e ao processo de construção da cidadania.

2.6 Instrumentos legais da CAU utilizado no CMCM

O CMCM apresenta vários instrumentos legais que adverte os deveres e direitos da CAU, nomeadamente Posturas e Regulamentos, que regem o município assim como os munícipes.

No livro das Posturas e Regulamentos concretamente no capítulo IV que este aborda a questão da Informação, Educação e Consciencialização dos Munícipes. No seu artigo 24, que aborda sobre a informação, no seu número um (1) diz que: *Cabe ao CMCM realizar todas as acções tendentes a informar os munícipes, bem como as entidades públicas e privadas que produzem ou manuseiem RSU, sobre o disposto na presente Posturas e respectivos regulamentos.*

O número dois (2), expressa que: *Para o efeito do disposto no número anterior, o CMCM está obrigado, não apenas a responder pronta e adequadamente a qualquer pedido de informação que lhe for dirigido, como a recorrer a todos os meios e canais de informação adequados e necessários à ampla divulgação do disposto na presente Posturas e demais Regulamentos.*

No número três diz que: *Os termos e condições para a disseminação de informação deverão ser definidos no Regulamento sobre a Informação, Educação e Consciencialização dos Munícipes no domínio da Limpeza do Município de Maputo.*

No Capítulo IV, artigo 25, que aborda sobre Educação, no número um (1) afirma-se que: *Cabe ao CMCM, em estreita articulação com as instituições de ensino e investigação, organizações não-governamentais, entidades públicas e privadas, realizar todas as acções tendentes à educação e consciencialização dos munícipes em relação aos cuidados especiais a tomar quanto aos diversos comportamentos do Sistemas de Limpeza do Município de Maputo.*

No número dois (2) do mesmo artigo afirma-se que: *O recurso a campanha de educação e sensibilização dos munícipes será obrigatório a partir do momento em que o mercado se encontrar receptivas as actividades de aproveitamento de RSU.*

O número três (3) expressa que: *As campanhas de educação referidos no número anterior deverão ser realizadas com recurso a todos os meios e canais necessários para a mudança de atitudes, devendo ser utilizadas mensagens claras, objectivos e sucintas, bem como imagens pedagógicas.*

E ao numero quatro (4) do mesmo artigo afirma que: *Os termos e condições para a disseminação de educação deverão ser definidos no Regulamento sobre Informação, Educação e Consciencialização dos Munícipes no domínio da Limpeza do Município de Maputo.*

A resolução n°89/AM/2008, de 22 de Maio, Capítulo II, artigo 7, no livro da Postura Municipal, são apresentadas as responsabilidades dos produtores pela varredura. E no número dois do mesmo artigo (7), diz que, *Compete aos munícipes assegurar que os respectivos prédios se apresentem nas melhores condições de limpeza.*

No mesmo livro da Postura, no capítulo IV, no seu artigo 22, com o subtítulo Zonas municipais não abrangidos pelo sistema de transporte, concretamente no número um (1), diz que, *nas zonas ou bairros municipais sem o acesso ao sistema de transporte dos Serviços Municipais a recolha e transporte de Resíduos Sólidos até aos locais previamente definidos poderá ser realizada pelas comunidades devidamente organizadas, mediante acordo celebrado entre estes e o Conselho Municipal de Maputo.*

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

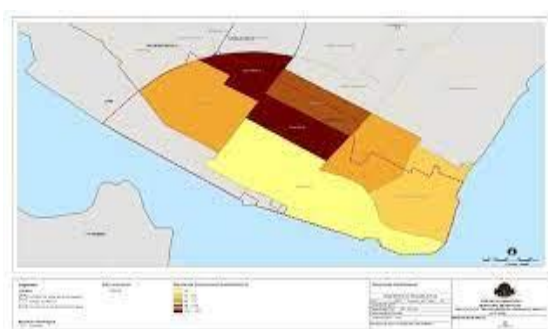
Pertence a este capítulo a descrição de metodologia, que guiou a execução do presente trabalho. Apresentando deste modo, o local de estudo, a abordagem metodológica, técnica de recolha e análise de dados, questões éticas e limitações.

3.1 Descrição do local de estudo

Conselho Municipal de Cidade de Maputo

A escolha da Cidade de Maputo, ou simplesmente CMCM, como alvo deste estudo é pelo facto de esta cidade ser a única a nível nacional pertencente a categoria A, como aponta a Resolução n° 22/2020 de 26 de Março.

O Município de Maputo tem como núcleo a cidade com o mesmo nome, capital da República de Moçambique e situa-se a sul do país. Distancia-se a 120 km da fronteira com a África do Sul e a 80 km da fronteira com Eswatini. A norte, a cidade de Maputo faz fronteira com o distrito de Marracuene, a noroeste e oeste com o Município da Matola, a oeste com o distrito de Boane, e a sul com o distrito de Matutuíne, todos pertencentes à província de Maputo. De acordo com a divisão administrativa em vigor, o Município de Maputo subdivide-se em 7 Distritos (Unidade Administrativa Autárquica) e 61 bairros. De acordo com INE, (2017) a população da cidade de Maputo é de 1101170 habitantes dos quais 51,9% são do sexo feminino e 48,1% são do sexo masculino.



(a)



(b)

Figura 1: Mapa do Conselho Municipal de Maputo (a) e Gabinete sede CMCM (b)

3.2. Abordagem metodológica

No que diz respeito a abordagem metodológica, este trabalho é de carácter qualitativo. Onde segundo Vieira (1996), diz que, a pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade. E para Mutimucuo (2008), defende que existe uma relação dinâmica entre o mundo real (CAU) e o sujeito (munícipes), isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzida em números.

3.3 População e amostra

Amostragem

Mutimucuo (2008, p. 35) aborda que, população é o universo que corresponde ao conjunto de elementos que possuem pelo menos uma característica comum. Foram seleccionados um total de cinco (5) representante, num total de onze (11) indivíduos nos dois departamentos. Três (3) representantes do departamento de EA e dois (2) representantes do departamento da Resiliência Urbana do CMC.

3.4. Tipo de pesquisa

Este trabalho é de carácter exploratório e descritivo. No que diz respeito a pesquisa exploratório esta busca conhecer as opiniões, suposições e fenómenos de uma realizada em torno do tema em estudo. Para Gil (2007) adverte que a pesquisa exploratória tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenómeno. E acrescenta que, esse tipo de pesquisa, aparentemente simples, explora a realidade buscando maior conhecimento, para depois planificar uma pesquisa descritiva. Quanto a pesquisa descritiva Triviños (1987) salienta que, a pesquisa descritiva, procura conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas. Pretende descrever com exactidão os factos e fenómenos de determinada realidade. Para Cervo et al. (2007), argumentam que, a pesquisa descritiva observa, regista, analisa e correlaciona factos ou fenómenos (variáveis) sem manipula-los. Procura descobrir com precisão possível, a frequência com que um fenómeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

3.3. Técnicas de recolha e análise de dados

Técnicas de recolha de dados

Para este trabalho, no que diz respeito as técnicas de recolha de dados, optou-se pelas seguintes técnicas: análise documental, análise bibliográfica, entrevista semi-estruturada.

Análise documental e bibliográfica

Para Maria Alves (2012), diz que, a documental utiliza fontes primárias e a bibliográfica utiliza estudos feitos por outros autores sobre o tema, ou seja, utiliza fontes secundárias. Análise documental, Mutimucuo (2008, p. 29), citado por (Ossufo, 2021) diz que a análise documental consiste em uma série de operações (identificação, verificação e apreciação dos documentos) que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e económicas com as quais podem estar relacionados.

Entrevista

No que refere a entrevista, para Lakatos & Marconi (2007) defendem que, a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto. Para Minayo (1996) diz que, mediante essa técnica podem ser obtidos dados de natureza quantitativa [censos, estatísticas etc.] e qualitativa [opiniões, atitudes e significados].

E que para Cervo et. all (2007) A entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objectivo definido: recolher por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa. E que olhando para o tipo de pesquisa do trabalho em causa percebe-se que, é pertinente o uso destas três técnicas, que com estas ajuda bastante na confrontação das literaturas que versão sobre o tema em estudo, assim como fazendo alguns acréscimo com a entrevista. E que para que seja mais exequível o trabalho, usou-se a entrevista semi-estruturada, onde segundo Ntlela (2013), citado por Francisco (2017, p. 28), diz que a entrevista semi-estruturada encoraja a comunicação bilateral e dá a oportunidade de conhecer assuntos sensíveis que podem ser facilmente discutidos e ajuda o pesquisador a estar mais familiarizado com as pessoas entrevistados.

Para Triviños (1987, p. 146) diz que a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se

relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. E acrescenta o autor que, a entrevista semi-estruturada (...) favorece não só a descrição dos fenómenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade (...) além de manter a presença consciente e actuante do pesquisador no processo de colecta de informações.

3.4. Análise de dados

De acordo com Andrade (2001, p.95), citado por Macário (2022) análise de dados é uma actividade que consiste em transformar um conjunto de dados com objectivo de poder verificá-los melhor, dando-lhes ao mesmo tempo uma razão de ser e uma análise racional. Para esta pesquisa, recorreu-se a técnica de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2016), divide-se em três fases nomeadamente: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados.

a) Pré-análise

Esta fase objectiva a selecção dos dados obtidos no local de estudo visando sistematizar ideias principais para o alcance dos objectivos estabelecidos no trabalho. Deste modo, fez-se a leitura das respostas dadas pelos entrevistados.

b) Exploração do Material

Esta etapa consiste em organizar os dados obtidos por meio de entrevistas e análise documental de modo que se tenha uma interpretação clara e precisa, em função dos objectivos de pesquisa. A organização consistiu em categorizar os dados em função das perguntas de pesquisa, que estão categorizados da seguinte forma: a) Acções empregues pelo CMCM; b) Relevância das acções de empregues pelo CMCM e Estratégias e Metodologias aplicadas pelo CMCM.

c) Tratamento dos Resultados

Nesta fase os dados são tratados de maneira a serem significativos e válidos, concernente à pesquisa. A interpretação dos resultados foi baseada nas respostas obtidas mediante as entrevistas e nas informações apresentadas na revisão da literatura no capítulo II, buscando pontos convergentes e divergentes.

3.5. Validade e Fiabilidade

Segundo Prodanov e Freitas (2013), citado por Ossufo (2021), adverte que a validade se refere à capacidade que os métodos utilizados numa pesquisa propiciam à materialização fidedigna dos objectivos propostos e, por sua vez, a fiabilidade refere-se à garantia de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados aproximados. Deste modo para garantir a validade e fiabilidade dos instrumentos de recolha de dados fez-se o pré-teste dos mesmos.

3.6. Questões Éticas

Segundo Flick (2013, p. 208), citado por Ossufo (2021) diz que, a ética na pesquisa trata da questão de quais problemas eticamente relevantes causados pela intervenção de pesquisadores podem esperar que causem impactos nas pessoas com as quais ou sobre as quais eles pesquisam, também está preocupada com os passos tomados para proteger aqueles que participam da pesquisa. Com isso para este trabalho requisitou-se a Credencial na Faculdade de Educação, da Universidade Mondlane, que serviu de evidência a instituição em estudo (CMCM), conforme se apresenta no anexo "A"

No que diz respeito aos respondentes usou-se a codificação de R1, R2, R3. Como salienta Mutimucuo (2008) que o pesquisador deve proteger a identidade do respondente e conservar maior sigilo na codificação de dados removendo todos os nomes dos respondentes e substituindo-os por números ou pseudónimos.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Neste capítulo faz-se a apresentações e a discussões dos resultados segundo a lógica dos objectivos, assim como da revisão da literatura aqui apresentada. E para apresentação dos resultados optou-se pela sequência dos objectivos e por sua vez baseando também nas respostas colhidas aos entrevistados.

4.1. Acções empregues pelo Conselho Municipal de Cidade de Maputo na Construção de uma Cidadania Ambiental Urbana

a) Ao responder a questão "a" sobre o que o CCMCM entende por Cidadania Ambiental Urbana?

Os entrevistados apresentaram as seguintes respostas

R1: A cidadania ambiental urbana é abrangente, na medida que, os munícipes devem fazer parte da gestão ambiental a nível do município e percebam que deve contribuir na melhor gestão ambiental urbana, participando na sua preservação e conservação do meio ambiente em que estão inserido e por sua vez deve saber como contribuir no seu bairro com acções ambientalmente correctas.

R2: O cidadão deve fazer parte de todas as actividades desenvolvido pelo conselho municipal, e que fazendo parte, podemos chamar de um cidadão ambientalmente correcto, ou seja, o cidadão deve evitar acções que poluem a cidade.

R3: O concelho municipal tem trabalhado muito em termos de envolver a comunidade, que participe naquilo que são as soluções dos problemas ambientais, ou seja, as prováveis soluções. Como vê, aqui é o departamento de EA, que foi criado para que esta tenha uma sinergia entre o concelho municipal é a comunidade, no que diz respeito aos problemas ambientais, a degradação do meio. Aquilo que são boas práticas na gestão do meio, de resíduos sólidos, na utilização do património de Estado ou mesmo do município. Entretanto o município trabalha muito, de forma que o cidadão tenha consciência e ser sensível naquilo são os problemas ambientais.

Ao analisar as respostas dos entrevistados, coincidem ao entenderem a CAU como forma em que os munícipes devem participar exercendo os seus deveres no seu local e que encontrem soluções para os problemas ambientais ou mesmo um mecanismo que possa incutir neles uma CAU. Evidentemente a participação em massa nas acções que estão ligados a construção desta cidadania (CAU), proporcionara maior desempenho por

parte dos munícipes, porque todos estarão consciencializados no que diz respeito a deveres e direitos dentro de um município.

Para a questão associado as acções desenvolvidas pelo CMCM ligadas a construção da cidadania ambiental urbana, os entrevistados, coincidiram nas suas respostas e afirmaram:

R1:

- *O plantio das árvores nas praias que pertence ao município (Costa do Sol e Catembe)*
- *Limpeza das drenagens*
- *Limpeza dos bairros*
- *Limpeza das praias*
- *Realização das acções de EA nas escolas e igrejas*
- *Feiras ambientais*
- *Palestras que abordam acções ligadas a EA*
- *Actividades de exposição de objectos feitos de materiais reciclados*

R2: *Acho que não existem outras acções além das que os colegas mencionaram, o que existem é a diferenças das metodologias e a forma de intervir as actividades empregados em diferentes contextos, sendo que a comunidade é o nosso público-alvo. E que as acções realizados nas escolas não devem ser as mesmas que são realizados na comunidade, ademais dos transportadores não deve também ser igual das escolas. E por sua vez estas acções o CMCM envolve sempre o cidadão.*

Os entrevistados estão todos de acordo com as acções mencionados, isso evidencia que apesar de estarem em departamentos diferentes, a organização para a realização das mesmas é discutidos de modo a encontrar um meio viável para todos, isso por sua vez demonstra o quão o CMCM tem-se preocupado para incutir esta cidadania. Ademais estas acções mencionadas são as que enquadram-se na construção da CAU, ou seja, quando os munícipes participam em todas as acções, o sucesso será maior em assimilação de matéria ligado a esta área, sendo que o foco do município é trabalhar para que o munícipe faça qualquer acção ligada a esta, sem que necessariamente esteja presente.

Para a questão como são feitas as acções ligadas a construção da cidadania ambiental urbana mencionados, obtivemos como resposta as seguintes argumentações:

R1: *Diria que são feitas de diversas formas, dependendo do contexto e local, assim como do público-alvo. Há casos que usamos as palestras, teatro, feiras ambiente, entre outros, basta que estejam ligados a construção da cidadania ambiental urbana.*

R2: *De várias maneiras, partindo das exposições, onde demonstramos algumas acções que prejudicam o ambiente e como devem ser evitados essas acções. Exemplificando, a separação dos resíduos, não descarte de resíduos sólidos em local inapropriado.*

No que refere ao estímulos dos munícipes para a participação das acções desenvolvidas pelo município que estão ligados a construção da cidadania ambiental urbana, os respondentes argumentaram que:

R1: *Existe o concurso do bairro mais limpo, e que o bairro vencedor é premiado com material de limpeza, e esta acção, engajam a participação dos cidadãos de modo a preocuparem-se com a estética do seu bairro, para que este bairro seja reconhecido a nível de todo município. E deste modo todos os cidadãos acabam participando.*

R2: *A participação é de duas abordagens, existem aqueles que participam pela causa da estética da cidade assim como do seu bairro, até mesmo alguns abordam o CMCM e apresentam iniciativas. E também existem aqueles que devem ser persuadidos e que acabam alinhando aos primeiros. Ou seja, CMCM toma iniciativa, e por sua vez estas alinham.*

R3: *Existem também algumas organizações da sociedade civil (Associação AMOR, Repensar, entre outros), que tem também tomando iniciativa e município abraça a ideia.*

Sobre os meios usados na divulgação das actividades, que serão realizados num determinado bairro, os respondentes disseram que:

R1: *Primeiro avisamos a administração do bairro, depois a estrutura local (secretário do bairro, chefe de quarteirão, chefe de dez casas), e são esses que fazem a informação chegar aos cidadãos.*

R2: *Agora tendemos a modernizar quanto a divulgação da informação, temos usado as redes sociais como Facebook, Whassapp. Antigamente usávamos os panfletos físicos, mais agora descobrimos que estes, por sua vez tem graves problemas, usamos os meios digitais que facilitam o reencaminhamento de grupo para outro.*

E a pergunta que queríamos saber como tem sido a participação depois das estruturas locais terem avisado;

R1: *O desejo do CCM é ver, todos os cidadãos a participarem, porém as vezes não é o que acontece, contudo o município nunca deixou de apelar.*

R2: *Todas as acções ambientais devem ser activas, devem trabalhar de forma que todos consigam sentir vontade de o fazer, não em troca de alguma coisa, mais sim para o bem-estar do próprio cidadão e do meio ambiente. Portanto para que um cidadão precisa de intervir, é preciso que haja coordenação sim, mais deve-se fazer um trabalho de massa, de forma a sensibilizar, ou seja, deixar as pessoas sensibilizados de modo a participarem activamente neste processo.*

Sobre a pergunta que queríamos saber se existem os dias específicos para realização das acções a resposta foi a seguinte:

R1: *De forma sincronizada em todo município, podemos dizer sim ou não. Mas cada bairro executa actividades, nos dias que achar viável para estas actividades. Mas sempre o município engaja-se, muito mais nos dias comemorativos do meio ambiente, costumamos fazer feira ambiental e fazemos constantemente as actividades nas escolas. Contudo o departamento de EA faz semanalmente as actividades nas escolas e nos bairros.*

R2: *Não existem dia específico, todos os dias são ideais para incutir a cidadania ambiental urbana, seja lá onde estivermos. É verdade que nós respeitamos o nosso plano de actividades, porém não estamos presos a este plano, porque podemos ver um problema fora do parâmetro do nosso plano, com isso temos que agir, mesmo que não esteja planificado. Para diz que, todos os dias, a qualquer momento e lugar é nossa responsabilidade carregar connosco esta missão nobre.*

Para a pergunta, que queríamos saber, se o município possuem um documento que apresenta o que o cidadão deve fazer, assim como não, ou seja, que descreve os deveres e direitos de um cidadão dentro município este respondeu que;

R1: Existem sim documentos que apresentam os deveres e direitos; são os seguintes: Postura Urbana, Código Legal de Gestão e Inspeção Ambiental, documento de Gestão Ambiental.

R2: Temos a Resolução 85, 86, 87, 88, 89 AM/ 2008 de 22 Maio, que estas estão constituídas de postura, ou seja, aquilo que o cidadão deve ser no seu local, em varias situações que tem a ver com o ambiente, o uso de alguns objectos etc., ou por outra este documento orienta. E dentro desta postura existe o regulamento, que diz, não se deve fazer desta maneira, mas sim deste modo. Porém estes documentos são antigos, estando neste exacto momento em revisão, para que possam estarem adequados ao contexto actual.

Em torno da pergunta que queríamos saber, as instituições/organizações que trabalham com CMCM, para este fim da construção da cidadania ambiental urbana, o concelho municipal teve como resposta a seguinte posição:

R1: Existem muitas, para diz que a questão ambiental é de todos nós, independentemente ser uma instituição pública ou privada, exemplificando temos o Ministério de Terra e Ambiente, que montam a estratégia nacional, tudo o que tem a ver com meio ambiente, para de que alguns documentos usados são do nível nacional para todos os municípios, depois descem para base, que é a nível local de cada municípios, sendo que cada município tem sua estratégia.

R2: Além disso temos a Organização Repensar, A Reciclagem Serviços, A três R (3R), Associação Amor. Temos também alguns voluntários que apresentam projectos e que CMCM avalia, e se ver que dá para implementar avança com o projecto basta que seja em prol do ambiente e sustentável. E o concelho municipal cria parcerias para desenvolver projectos apresentados pelos estudantes ou outras entidades públicas e privadas.

No que diz respeito a monitorização das actividades, procurou-se saber como é que CMCM faz e quais conclusões chega, obtivemos a seguinte resposta:

R1: É um desafio, porém alguma coisa muda, existem também acções de monitoria de acompanhamento da evolução dos resultados, como por exemplo, o plantio das árvores e as actividades feitas nas escolas, faz sempre um acompanhamento de modo a ver qual é a sua evolução. Com esta monitoria chegamos a uma determinada conclusão, de que o que tínhamos planificado foi alcançado ou não. Se caso não, procura-se saber onde houve a falha, de modo a colmatar este erro.

Quando a monitorização das actividades, o Resolução n° 87/AM/2008 de 22 de Maio, no seu capitulo I, concretamente no artigo dois (2), onde fala das Competências, referenciado que *Compete ao Concelho Municipal de Maputo, através da Direcção que superintende os Serviços Municipal de Limpeza do Município, bem como da Policia Municipal, fiscalizar o cumprimento do disposto na legislação sobre a limpeza do Município, realizando, actividades:* e na sua alínea «b» diz que, *Monitorar, disciplinar, e orientar as actividades de Limpeza do Município de Maputo.*

4.2. Relevância de construção de cidadania ambiental urbana pelo Concelho Municipal de Cidade de Maputo

No diz respeito a relevância da construção da cidadania ambiental pelo CMCM, fizemos a seguinte questão:

Quê relevância tem a construção de uma cidadania ambiental urbana pelo CMCM? Os entrevistados apresentaram as seguintes respostas:

R1: Acho que não é importante somente para o concelho municipal, mais sim para todos nós. Mas para o concelho municipal em termos de trabalho, é importante porque cria um ambiente saudável, evita doenças, a degradação do próprio meio, e deixa as pessoas conscientemente, naquilo que diz respeito a utilização de bens e património do município e, mais vão saber também cuidar do meio ambiente, como manusear os resíduos entre outras acções ambientalmente correcto.

R2: É relevante na medida que são transmitidos conhecimento, para que os munícipes tenham um postura ambiental desejável, o apelo do CMCM é, todos os munícipes se comprometam com o bem-estar, para melhoria da saúde publica e também para melhoria da qualidade ambiental, isto é, envolver nas acções de limpeza, preservação

do meio ambiente, limpeza da cidade, uma boa postura de deposição dos resíduos sólidos, por participar nas acções de arborização urbana, apoio o município na limpeza das valas de drenagem.

Alicerçando a informação recolhido ao CMCM com enquadramento teórico, ou seja, com algumas bibliografias, podemos recorrer ao conceito de Nhancale (2022) que afirma, (...) a cidadania ambiental é relevante na medida em que contribui na formação para a transformação do indivíduo em pessoa e em cidadão; é um subsídio para melhorar a qualidade de vida e do ambiente; possibilita um aumento do nível de consciência ambiental (...).

O CMCM possui conhecimento da relevância da CAU, segundo as respostas apresentadas e trabalha de modo a transmitir em todas as idades e diferentes público-alvos para que estes carreguem esta informação e que exerce dentro e fora do seu local de residências.

4.3. Estratégias e Metodologias de EA aplicado pelo CMCM na construção de uma Cidadania ambiental urbana

Que metodologias de EA aplicados pelo CMCM

R1: Existe varias metodologias de EA, porem as mais usadas pelo CMCM, são a participativa e activa, sendo que estas possibilitam aos munícipes apresentar uma determinada ideia e o município avalia e implementa.

R2: No princípio o município utilizava as metodologias tradicionais (transmissiva), mais com a criação do departamento de EA, começou-se a utilização de outras metodologias, como a participativa, e entre outros que ajudam na interacção produtiva entre o cidadão e o munícipe

R3: A nossa tendência é estimular o cidadão de modo a criar condições, nele de um espírito critico para com os problemas ambientais na área urbana. Para isso a metodologias viável é a participativa e activa, e nos últimos dias o CMCM uso frequentemente.

EA em si, é uma área que preocupa-se com a consciência humana, de modo que este tenha em si, o espírito de evitar o mais possível degradar o meio ambiente, ou seja, ter mecanismos de evitar os problemas ambientas, contudo o uso da metodologia

participativa e activa permite a construção eficaz da CAU, como salienta Nhancale (2022) que a EA, como tantas outras áreas de conhecimento, é um aprendizado social que deve ser usado a serviço da comunicação para a solução de problemas por meio da interação e do constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados que podem se originar do aprendizado ou da experiência pessoal do indivíduo, levando à cidadania ambiental.

Quais são as estratégias de EA utilizadas pelo município

R1: Não existe uma estratégia pré-definida, porque para a escolha de uma estratégia, olha-se para o público-alvo e o respectivo problema a resolver, há problemas ambientais que com um seminário ou mesmo workshop, pode resolver, logo cria-se condições de trazer todo material para a realização do seminário, como aparelhagem de som, datashow entre outros instrumentos que possam facilitar a realização do seminário.

R2: A EA em si possui muitas estratégias, e como o CMCM tem sempre realizado a sensibilização, consciencialização nas escolas, nas praias e nas igrejas, cada local tem suas estratégias, podemos usar a dança e cantos que desperta a consciência ambiental, e nisso tudo, primeiro analisamos o que exactamente queremos resolver, se é descarte inadequados dos resíduos sólidos, ou se é uso melhor das praias. Mais o foco principal é disseminar a consciência ambiental.

Com base das respostas apresentadas pelo CMCM pode-se alicerçar com os argumentos Da Silva e Leite (2008), para a realização de Educação Ambiental (...) são imprescindíveis as seguintes estratégias: identificar a percepção ambiental dos atores que estão envolvidos no processo; construir em conjunto o diagnóstico ambiental (...); investir na formação dos educadores e educadoras; utilizar estratégias metodológicas que permitam a construção e reconstrução do conhecimento de forma dinâmica, criativa, crítica, participativa, investigativa e que tenha por base a afectividade; envolver toda comunidade e; conquistar a confiança, o apoio e a participação de todos.

CAPITULO V: CONCLUSÃO

5. 1. Conclusão

Os resultados do presente estudo permitiram concluir que, abordar a cidadania ambiental e em particular a cidadania ambiental urbana contribuiu bastante na percepção destes dois conceitos, principalmente no que diz respeito o sentido que estes carregam. Possibilitou também conhecermos quais são os direitos e deveres dos cidadãos para com o meio ambiente urbano. E por sua vez, qual é a percepção do CMCM em relação a CA e CAU.

Ao local do estudo permitiu também perceber o quão CMCM empenha-se e as respectivas acções desenvolvidas, de modo a incutir nos seus munícipes, uma cidadania ambiental urbana, que esta cidadania permite com que crie-se mecanismo ideais, ou seja, mecanismo que possam reduzir os problemas ambientais no meio urbano. Permitiu também conhecer as respectivas acções desenvolvidas pelo CMCM que estão ligadas a construção de CAU.

No que diz respeito as metodologias e estratégias de EA utilizados pelo CMCM, predomina as tradicionais como a transmissiva e os seus métodos como palestra, cartazes, teatro como demonstra o anexo "C".

Apesar de tanto esforço do CMCM, na disseminação dos conhecimentos ligados a CAU, ainda existe a falta da execução plena por parte dos munícipes.

5. 2. Recomendações

Para melhor o CMCM incutir de forma eficaz a CAU deve:

- Optar pelo uso das metodologias e estratégias activas e participativas, porque estes estimulam o diálogo entre o município e os munícipes.
- Uniformização das acções realizadas em todos os bairros, ligados a construção da CAU.
- Incentivar a participação dos munícipes, com o uso de vários meios de difusão de uma actividade a realizar.

Aos munícipes

- Participar em todas as acções ligadas a construção da CAU.

- Exigir e executar os seus direitos e deveres dentro do município que está ligado a CAU.


6. Referências bibliográficas

- Alves, M. P. (2012). *Metodologia Científica*. Lisboa: Rua do Vale Formoso.
- C.M.C.M. (2019). *Plano de Desenvolvimento Municipal Para o Quinquénio 2019-2023*.
- Cervo, A. L., Bervian, P. A. & Da Silva, Roberto. (2007). *Metodologia científica*. (6º ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall
- Cumbane, R., N. (2015). *Análise de Risco de Incêndios Urbanos no Município de Maputo em Moçambique*. UDL. Maputo.
- Chissale, M., J., F. (2021). *Análise da percepção dos munícipes de urbanização sobre a importância do exercício da cidadania ambiental*. Maputo. UEM
- Costa, F. S. & Gonçalves, A. B. *Educação Ambiental e Cidadania: Os desafios da escola de hoje*. (Ed. Atelier. Actas do Atelier dos Vº Congresso Português de Sociologia)
- Da Silva. M., M., P. & Leite, V., D. (2008) *Estratégias para realização de educação ambiental em Escolas do Ensino Fundamental*. Rio de Janeiro. FURG
- De Andrade, A., Silva & De Abreu, S., E., A. (2019). *O ensino da cidadania nos anos iniciais*.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (1º ed.) (2004). Lisboa. Porto Editora
- Fassis, F. (2019). *Educação Ambiental e Cidadania: Uma análise a partir de teses e dissertações Brasileiras*. Rio Claro: UNESP.
- Filho et. al. (2013). *Educação urbana: construindo cidadania e sociabilidade em escolas municipais de Minas Gerais, Brasil*. UFV
- Guimarães, R., S. & Júnior, D., P., D. (2019). *A protecção do meio ambiente urbano e seus desafios na pós- modernidade*. e-ISSN: 2525-9687| Goiânia| v. 5 | n. 1 | p. 76-91|
- Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1º ed.) (2004). Lisboa. Porto Editora
- Macário, H. (2022) *Acções de educação ambiental realizadas pelos operadores turísticos no âmbito das actividades de categoria A, em Macaneta, em cumprimento do exigido na avaliação de impacto ambiental*. Maputo UEM.

- Manzini, E., J. (2004). *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros*. Unesp, Marília
- Melo, V., P. (2013). *Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro*. (vol. 5). P. 74. Maputo
- Mozzato, A., R. & Grzybovski, D. (2011). *Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios*. RAC, Curitiba
- Ngovene, A., C., (2019). *Análise do contributo da educação ambiental para o INGC na prevenção dos impactos sócio-ambientais das inundações na zona do Minguene, cidade de Maputo*. Maputo. UEM
- Nhancale, A., C. (2022). *O Papel das Organizações da Sociedade Civil na Educação para a Cidadania Ambiental em Moçambique: o caso da KUWUKA JDA*. UEM
- Pessoa, J., (2011). *Desenvolvimento Sustentável versus Decrescimento: Educação Ambiental, Cidadania Ambiental e Modelo Técnico-Pedagógico de agenda ambiental escolar da secretária de educação do Município de Manaus*. Estado da Amazônia.
- Oliveira, T. M. R. & Amaral, C. L. C. (2019). *Discutindo conceitos de educação ambiental com professores em uma escola pública de São Paulo*. (Ed. Educação, Saúde e Ambiente., vol. 12, pp. 140-155.). s.l.
- Ossufo, F., A. (2021). *Análise da inserção da educação ambiental no processo de ensino e aprendizagem na Escola Primária Completa 3 de Fevereiro em Maputo*. UEM
- Santos, A. (2011). *Educação Ambiental: Um desafio na formação de novos cidadãos*. Brasília. (Ed. UB/UEG)
- Silva, F. N. Z. (2013). *Educação Para a Cidadania: Desenvolvimento e Implementação de um Projecto Multigeracional de Sensibilização Ambiental para Áreas Marinhas Protegidas*. Lisboa. (Ed. FCT/UNL)
- Tavares, E., M., F. (2013). *Manual de Cidadania Ambiental*. Instituto HOU.
- Zanella, L., C., H. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. (2º ed.). Santa Catarina. UFSC.

ANEXOS

Anexo A: Credencial para apresentação ao CMCM para a recolha de dados


UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CREDENCIAL

Credencia-se Raul A.R. Matimbe¹, estudante do curso
de Licenciatura em Educação Ambiental²,
a contactar CMCM - Direcção de Serviços Municipal de A. Saubridade³
a fim de Recolha de dados⁴.


Maputo, 16 de junho de 2023⁵

A Directora Adjunta para Graduação
Nilza A.D. Cesar
Mestre Nilza Aurora Tarcisio César
(Assistente)

¹ (Nome do Estudante)
² (Curso que frequenta)
³ (Instituição de recolha de dados)
⁴ (Finalidade da visita)
⁵ (Data, Mês, Ano)

1548
20 de 2023
Buce


Anexo B: Guia de permissão para recolha de dados


MUNICIPIO DE MAPUTO
CONSELHO MUNICIPAL
DERECAO DE SERVICO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS

Guia de Apresentação N° 79 /DMRH/ 2023

Pela presente, segue a apresentar-se na Direcção Municipal de Ambiente e Salubridade senhor **Raul A. R. Matimbe**, estudante do curso de Licenciatura em Educação Ambiental, para recolha de dados, autorizado por Despacho datado de 11 de Julho de 2023, da Exma. Senhora Vereadora do Pelouro de Descentralização, Boa Governação e Recursos Humanos.

Direcção de Serviço Municipal de Recursos Humanos, aos 19 de Julho de 2023
Cordiais Saudações


Prof. Doutor Octávio Manuel de Jesus
/ Especialista em Educação /

Anexo C: Fotos do CMCM nas Escolas Primarias (a) e foto de plantio das árvores nas praias (b)



(a)



(b)



CMCM realizando palestra ligado a CAU, nos bairros



Cartaz de convocatória para a participação da limpeza da praia (Praia da Costa do Sol)



Porto de Maputo fornecendo matéria de limpeza ao CCMCMC

APÊNDICE D: Roteiro de perguntas para entrevista ao CMCM

O presente Roteiro de entrevista serve de recolha de dados para a elaboração de uma Monografia de fim do curso de Licenciatura em Educação Ambiental da Universidade Eduardo Mondlane, com o seguinte tema: **Análise do papel do Conselho Municipal de Cidade de Maputo na construção de uma cidadania ambiental urbana**. Como forma de garantir o sigilo os entrevistados serão garantidos o sigilo e o anonimato de todos participantes. Agradecendo desde já pela disponibilidade de responder as perguntas elaboradas na realização da presente pesquisa.

Nome do Estudante: Raúl A. R. Matimbe

1. Identificar as acções empregues pelo conselho municipal da Cidade de Maputo na construção de uma Cidadania Ambiental Urbana

- a) Que percepção tem o CMCM sobre a Cidadania Ambiental Urbana?
- b) Que acções são desenvolvidas pelo CMCM em prol a construção de uma cidadania ambiental urbana?
- c) Como são feitas as acções ligados a construção da cidadania ambiental urbana?
- d) Que mecanismo o CMCM usa para estimular a participação do cidadão?
- e) Quais são os meios usados pelo CMCM para divulgar uma determinada acção, que vai acontecer num determinado bairro?
- f) Como tem sido a participação dos cidadãos nas acções anunciados pelo CMCM?
- g) Existem dias específicos para realização das acções?
- h) Existe um regulamento que dita os deveres e direitos da cidadania ambiental urbana dentro do município?
- i) Quais são as instituições que trabalham com o CMCM na construção da cidadania ambiental urbana?
- j) Como são monitorados as acções pelo CMCM, que está ligado a construção da cidadania ambiental?

2. Descrever a relevância de construção de cidadania ambiental urbana pelo Concelho Municipal de Cidade de Maputo

a) Que relevância tem a construção de uma cidadania ambiental urbana pelo CMCM?

3. Metodologias e estratégias de EA que auxiliar o CMCM na construção de uma cidadania ambiental urbana

a) Metodologias e estratégias de EA utilizados pelo CMCM na construção CAU.